

“ORA ET LABORA” - ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE PORTEIRINHENSE NO SÉCULO XIX: UM ESTUDO A PARTIR DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS ECLESIAIS

“ORA ET LABORA” - ANALYSIS OF THE FORMATION OF PORTEIRINHENSE SOCIETY IN THE XIX CENTURY: A STUDY FROM ECCLESIAL HISTORICAL DOCUMENTS

Núbia Bruno da Silva¹

Fábio Fonseca Telles²

Wellem Ribeiro da Silva³

RESUMO: A proposta de pesquisa relaciona-se a fatos históricos ocorridos no município de Porteirinha/MG. Busca-se investigar a influência da Igreja Católica no comportamento humano dos indivíduos no início da citada sociedade no século XIX. Indaga-se, portanto: o que o modus vivendi daquelas pessoas no século XIX, em Porteirinha, Minas Gerais, agenciado pela Igreja, ofereceu à formação da sociedade naquele espaço temporal e territorial? Destaca-se que os principais eventos de vida, inclusive os sociais, eram marcados pelo controle da Igreja, foram assentados em “atas” e encontram-se registrados em documentos históricos eclesiais, arquivados nos denominados Livros de Tombo, conservados em meio digital. À época era importantíssima a participação da Igreja e dos rituais católicos na vida da comunidade local, posto que a religião oficial a ser professada, era o catolicismo. Insta dizer, que dezenas de atas de registros de batismo, datadas de 1838, foram conservadas em micro - filmagens, e narram com riqueza de detalhes as relações de filiação, profissão e ocupação profissional, dentre outras questões, de habitantes da cidade no período que envolveu o século XIX. A própria condição de escravo ou homem livre, é destacada em tais documentos, de forma expressa. O tipo de pesquisa quanto ao objetivo, será exploratória, o modelo conceitual operativo será a análise de documentos, análise de discursos, e bibliográfica. A natureza da pesquisa será qualitativa, com emprego do método dedutivo. Acredita-se que a diversidade de fontes históricas disponíveis para a pesquisa, apoiadas em suficientes referenciais teóricos, possibilitará uma interlocução qualificada, que viabilizará a pesquisa histórica das relações sociais vividas em Porteirinha/MG.

Palavra Chave: Porteirinha, Igreja Católica, Sociedade.

ABSTRACT: The research proposal is related to historical facts that occurred in the municipality of Porteirinha / MG. It seeks to investigate the influence of the Catholic Church on the human behavior of individuals at the beginning of the aforementioned society in the 19th century. Therefore, one wonders: what did the modus vivendi of those people in the 19th century, in Porteirinha, Minas Gerais, managed by the Church, offer to the formation of society in that temporal and territorial space? It is noteworthy that the main life events, including social ones, were marked by the control of the Church, were recorded in "minutes" and are recorded in ecclesiastical historical documents, filed in the so-called Livros de Tombo, kept in digital media. At the time, the participation of the Church and Catholic rituals in the life of the local community was extremely important, since the official religion to be professed was Catholicism. It insists to say that dozens of minutes of baptism records,

¹ Membro do Núcleo de Pesquisa Jurídica – NUPEJ na Faculdade Verde Norte - FAVENORTE. nubiabrsiladv@hotmail.com

² Membro do Núcleo de Pesquisa Jurídica – NUPEJ na Faculdade Verde Norte - FAVENORTE. fabio.ffab.adv@hotmail.com

³ Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Jurídica da Faculdade Verde Norte - FAVENORTE. wellemribeiro@yahoo.com.br

dated 1838, were kept in micro-filming, and narrate in a wealth of details the relations of affiliation, profession and professional occupation, among other issues, of city inhabitants during the period involved the 19th century. The condition of being a slave or free man is expressly highlighted in such documents. The type of research as to the objective, will be exploratory, the operative conceptual model will be the analysis of documents, analysis of speeches, and bibliographic. The nature of the research will be qualitative, using the deductive method. It is believed that the diversity of historical sources available for research, supported by sufficient theoretical references, will enable a qualified dialogue, which will enable the historical research of social relations experienced in Porteirinha.

Keyword: Porteirinha, Catholic Church, Society

1. INTRODUÇÃO

Discorrer sobre a história do Brasil é volver a um passado rico em eventos. É trazer à memória acontecimentos que remontam, sobretudo, às redes de poder e de relações sociais que podem ser verificadas, mormente no cotidiano colonial e imperial. É voltar-se aos povos indígenas, aos portugueses, franceses, escravos, à exploração do ouro e ao cultivo da cana de açúcar. No entanto, como pode o historiador recompor esse caminho histórico no desígnio de reconstituir os detalhes da gênese da sociedade brasileira, do princípio da sociedade das Minas Gerais, do extremo norte de Minas Gerais e, mais precisamente, do contexto histórico que deu origem à cidade de Porteirinha, em Minas Gerais? Quais instrumentos o historiador possui à sua disposição para a reconstrução dos principais momentos da vida das pessoas daquele espaço temporal e territorial, para assim, poder investigar, quais foram os aportes que os vários tipos de relações sociais daquele período ofereceram para as rupturas e as permanências dos vestígios de uma sociedade colonizada?

Em princípio, toda a população da cidade que hoje leva a alcunha de Porteirinha, pode ser resgatada através de registros históricos eclesiais, elaborados e conservados pela Igreja. Os assentos eclesiais, percebidos como registros de nascimentos (através dos batizados), matrimônio, óbitos, testamentos e inventários, que davam linearidade aos principais acontecimentos da comunidade, inclusive os sociais, constituem um acervo de grande valor histórico para conhecermos o modo de viver dessa sociedade norte - mineira no período da colônia e do império e pós-império. São fontes que contribuem para a compreensão da demografia histórica, e possibilitam um conhecimento mais profundo acerca do passado da cidade em comento.

1.1.A permeabilidade das relações Estado-Igreja e o Regalismo no Brasil

As fontes acima aludidas, possuem como plano de fundo o período que sucedeu a chegada dos Portugueses ao Brasil, com a frota comandada por Pedro Álvares Cabral em

1500, ocasião em que o Brasil torna-se colônia de Portugal. Durante a colonização do Brasil, segundo Gilberto Freyre, em seu clássico *“Casa-Grande e Senzala”*, o Estado português ocupou-se de organizar a economia e de administrar a nova terra, enquanto que a Igreja Católica ficou responsável pela orientação educacional, cultural e religiosa dos nativos e dos colonos. (FREYRE, 2002, p.174)

Por conseguinte, em 1549, em Porto da Bahia de Todos os Santos, capitania da Bahia, América portuguesa, um navio chega de Portugal ao Brasil com duas distintas figuras: Tomé de Souza e Manoel da Nóbrega. Tomé de Souza era um alto funcionário da corte portuguesa que veio ao Brasil para ser o primeiro governador geral e, como primeiro governador geral da colônia fundou a cidade de Salvador, combateu e destruiu aldeias Tupinambás e assentou populações. Tomé de Souza foi substituído por Duarte da Costa, que foi o segundo governador geral da América portuguesa. Tomé de Souza e Duarte da Costa vieram ao Brasil, não como exploradores ou como donatários, mas como administradores da coroa e funcionários reais. Isso se deve pelo fato de que Portugal possuía inúmeros funcionários civis e militares, que tinham como função ajudar o rei a administrar o seu império, tendo em vista a concentração de todo o poder que possuía. Todavia, para administrar todo o seu poderio era necessária uma quantidade significativa de funcionários. Essa situação não só acontecia em Portugal, mas também em outros países da Europa, locais em que os reis conduziam os seus governos a ferro e fogo. Esse tipo de governo com o poder centralizado na figura do Monarca ficou conhecido como Regime Absolutista, que foi muito forte na Europa entre os séculos XVI a XVIII. Era uma época em que os desejos e as vontades do rei possuíam uma importância muito grande: os destinos do país, os rumos da economia, o que se podia ou não fazer, os impostos a serem cobrados, a religião a ser professada, etc. No Regime Absolutista o poder soberano era do rei. À época os membros da Igreja Católica subordinavam-se ao rei, desse modo era o monarca quem nomeava os bispos, remunerava o clero e recolhia o dízimo.

Em sendo assim, para manter esse poder em terras com a dimensão da América portuguesa, por mais funcionários que o rei possuísse, este não conseguiria administrar e ter o controle como desejava. Nesse cenário, nasce no Brasil a Igreja Católica que vai desempenhar para a Coroa portuguesa, um papel de fundamental importância na colônia, auxiliando o rei na administração das novas terras. Foi assim, que para exercer esse papel, desembarca, em 1549, junto com o primeiro governador geral do Brasil, supra transcrito, o jesuíta Manoel da

Nóbrega. O português Manoel da Nóbrega chegou ao Brasil com pouco mais de 30 anos e, junto com ele, vieram outros 5 (cinco) jesuítas, todos integrantes da Companhia de Jesus, cuja missão era difundir o evangelho na nova terra. (LEITE, 1938-1950, p. 143-150).

1.2.A Igreja no Brasil e o seu poder temporal

De acordo com o a pesquisa da realidade sociocultural desse período, destaca Martha Hameister a necessidade de se compreender que o Brasil tem suas origens no catolicismo, como se vê:

[...] E estamos a falar de uma sociedade erigida sob a égide do catolicismo romano – [...]. Com isso, os sacramentos da Igreja, e em especial o batismo de crianças e adultos pagãos, eram bastante procurados, pois, segundo as Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia, “o batismo é o primeiro de todos os Sacramentos e porta por onde se entra na Igreja Católica” (Da Vide, 1707, Livro I, Título X §33). (HAMESITER, 2006, p.93- 94).

Desse modo, para Maria Silvia Bassanezi, verifica-se a importância da origem dos documentos históricos eclesiais, bem como a evolução histórica que detalha a sua confecção, seu armazenamento e sua administração. (BASSANEZI, 2011, p.146). Nota-se, segundo a autora, que nos países europeus, a prática de registrar todos os eventos ocorridos dentro do seio de uma comunidade, como, nascimento, batismo, casamento, e outros eventos vitais ocorridos dentro da comunidade, já existia. No entanto o Concílio de Trento trouxe um viés personalizado, e tornou obrigatória a realização de registros que faziam alusão ao nascimento, com as atas de batismo e ao casamento. Posteriormente, a Igreja ampliou a obrigatoriedade também para os registros de óbito, bem como instituiu normas rigorosas de como realizar os registros dos chamados sacramentos que marcavam a passagem dos diversos momentos do ciclo de vida dos cristãos católicos.

Desse modo, ela instituiu formas para conhecer e controlar a população católica; fixou, regulamentou e generalizou a prática do registro nas paróquias de toda a Catolicidade (no qual foi seguida por algumas igrejas reformistas, como a luterana, por exemplo). A expansão colonialista contribuiu para que a igreja estendesse esse seu controle a outras partes do mundo, ampliando a cobertura espacial dos registros eclesiais, cuja guarda e conservação deveria permanecer nas respectivas paróquias, sob a responsabilidade do vigário. (BASSANEZI, 2011, p.143-147).

Ainda para a autora, em Portugal, as Constituições de Coimbra confirmaram o registro obrigatório dos acontecimentos vitais, determinaram a confecção, em cada paróquia, de livros separados para batismos, casamentos e óbitos, e estenderam essas ordens às colônias, já no século XVI. Por derradeiro, em 1707, as Constituições primeiras do arcebispo da Bahia, também seguindo determinações do Concílio de Trento, estabeleceram as normas e a obrigatoriedade dos registros no Brasil, que perduraram até o final do século XIX, quando a

Constituição Republicana de 1891 determinou a separação entre o estado e a Igreja. A prática que era imperativa e padronizada deu a esses assentamentos universalidade e representatividade, “um caráter serial e cronológico, além de sua qualidade dupla de serem, o mesmo tempo, uma documentação individual e coletiva”. (BASSANEZI, 2011, p.143-147)

Com o passar do tempo, a legislação eclesiástica foi aperfeiçoando os registros com a inclusão de novas informações e a padronização das fórmulas da escrita (BASSANEZI, 2011, p. 156). No entanto, a abrangência das informações contidas nos registros de batismos, casamentos e óbitos, inventários, testamentos, dentre outros, ficava na dependência do zelo do vigário ao anotar, ampliar ou suprimir dados. Por exemplo, no Brasil, os registros para as pessoas livres e de camadas sociais mais elevadas, eram mais cuidados, completos e precisos que os relativos aos cativos e das camadas sociais mais inferiores, demonstrando preconceitos e valores de uma sociedade que hierarquizava as pessoas de acordo com a sua condição social. Vê-se, que a prática de realização de tais assentos, tornou-se interessante, inclusive como um instrumento de controle da população católica. Ademais, esses assentamentos foram utilizados também para dar fidedignidade aos assuntos com viés jurídicos, mesmo após 1822, no período pós-império, podendo ser utilizados para fins civis, como comprovação de paternidade e de matrimônio, ainda que com o surgimento do Registro Civil em 1874:

os próprios órgãos governamentais, muitas vezes, atribuíram mais confiança ao registro religioso de batismo, casamento ou óbito. Este atingia mais pessoas e localidades devido a infra-estrutura montada pela igreja do decorrer da Colônia e Império. Párocos e missionários periodicamente visitavam o território das localidades sob sua responsabilidade para administrar os sacramentos. (BASSANEKI, 2011, p.156).

Isto ocorreu, tendo em vista a vasta dimensão geográfica do território brasileiro. Naquelas localidades onde apenas existiam as freguesias, sem o aparelho burocrático do estado operando por falta de condições, os registros católicos continuaram sendo adotados.

1.3. Os documentos paroquiais produzidos pela Igreja Católica em Porteirinha/MG no século XIX, e a possibilidade da construção da narrativa histórica local

À partir das constatações acima aludidas, é que o tema da pesquisa, expresso pelo título: “*Ora et labora*” - análise da formação da sociedade porteirinhense no século XIX: um estudo a partir de documentos históricos eclesiais”, encontra sua relevância. A proposta do tema faz alusão aos documentos históricos oficiais da Igreja Católica, datados a partir de 1838, conservados em microfilmes pelo serviço de patrimônio histórico da Casa da Memória, no município de Porteirinha, Minas Gerais, que demonstram peculiaridades da vida daquela

sociedade, abrangendo a filiação abarcando a condição de filiação legítima ou exposta (dos enjeitados) o matrimônio, a morte, quem eram os senhores, e os possuidores de terras.

Observa-se que, enquanto realizavam suas ocupações eclesiais os vigários cumpriam a exigência da Igreja de registrar os principais fatos históricos de seu tempo. Durante o chamado Padroado⁴, a Igreja Católica ocupou-se da tarefa de consignar alguns registros históricos, muitas vezes, sobre questões até mesmo não relacionadas à rotina eclesial. Em decorrência das relações que tiveram lugar entre o Estado e a Igreja Católica, no período colonial que precedeu a Proclamação da República, os sacerdotes ocupavam-se da tarefa de registrar os fatos relevantes religiosos ou não, ocorridos no seio das comunidades em que estavam inseridos. Era uma exigência do Catolicismo que a tudo precisava conhecer e controlar. Como contrapartida, a Igreja Católica recebia do Estado alguns benefícios que tornaram a relação duradoura, por vários anos. Dessa forma, contribuindo para a manutenção do Padroado, a Igreja católica produziu, ao longo dos anos, um manancial de documentos históricos, datados do século XIX que registram de maneira inequívoca algumas peculiaridades das relações sociais e da formação da comunidade daquela época. "*Ora et Labora*" é uma expressão em latim que reflete a filosofia preconizada na cultura dos mosteiros, o lema: oração e trabalho.⁵

Indaga-se, portanto: o que o *modus vivendi* daquelas pessoas no século XIX, em Porteirinha, Minas Gerais, ofereceu à formação da sociedade naquele espaço temporal e territorial? Destaca-se que os principais eventos da vida, inclusive os sociais, eram marcados pela assistência da Igreja, foram assentados em "atas" e encontram-se registrados em documentos históricos eclesiais, arquivados nos denominados Livros de Tombo⁶, conservados

⁴ "Padroado – Regime cuja origem remonta a Idade Média, pelo qual a Igreja instituía um indivíduo ou instituição como padroeiro de certo território, a fim de que ali fosse promovida a manutenção e propagação da fé cristã. Em troca o padroeiro recebia privilégios, como a coleta de dízimos e a prerrogativa de indicar religiosos para o exercício das funções eclesiásticas" (VAINFAS, 2000, p. 466-467). As coroas portuguesa e espanhola tinham esse beneplácito, em relação à religião. O padroado permaneceu no Brasil até a proclamação da República, em 1889

⁵ *Ora et Labora*: síntese da Regra de São Bento (Regula sancta) que tem como finalidade suprema a perfeição Breligiosa do monge. (LARROYO, F. História Geral da Pedagogia. Mestre Jou, SP, 1970).

⁶ Livro de Tombo Histórico: é onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>. Acesso em: 20/11/2020.

em meio digital⁷. À época era importantíssima a participação da Igreja e dos rituais católicos na vida da comunidade local, posto que a religião oficial a ser professada, era o catolicismo. Insta dizer, que dezenas de atas de registros de batismo, datadas de 1838, foram conservadas em micro-filmagens, e narram com riqueza de detalhes as relações de filiação, profissão e ocupação profissional, dentre outras questões, de habitantes da cidade no período que envolveu o século XIX. A própria condição de escravo ou homem livre, é destacada em tais documentos, de forma expressa.

2. IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DOS PRÓLOGOS DA FUNDAÇÃO DE “SÃO JOAQUIM DE PORTEIRINHA”

Tendo como base tais registros históricos, e sob os influxos da prática historiográfica de Ginzburg (2008), é que a presente pesquisa propõe-se a observar em escala pormenorizada a formação da sociedade porteirinhense, no século XIX, a partir do cruzamento das fontes eclesiais, com as listas nominativas. Para o autor:

no passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. (GINZBURG, 2008, p.11)

Analisando-se o aspecto histórico que envolve o tema, percebe-se que os relatos sobre a gênese da cidade de Porteirinha convergem para a seguinte narrativa: bandeirantes paulistas, em busca de ouro, prata, esmeraldas e outros tipos de pedras preciosas, em algum momento, teriam utilizado a região como pouso para os tropeiros.

Servia de pouso aos que vinham do Nordeste e do sertão baiano, procurando encurtar a trilha que levava à terminal da estrada de ferro, em Sabará. Uma brecha entre os altos troncos, de um lado e de outro da clareira, lhe servia de acesso. Era como porteiras. Os que para ali se dirigiam em busca de pouso se referiam ao local como Porteirinhas. (IBGE, 1959. V. XXVI.)

A célula mater do município de Porteirinha, entretanto, é o antigo distrito de São José do Gorutuba. Em 1846, por meio da Lei nº 288 de 12 de março foram estabelecidas as divisas da chamada freguesia⁸ de São José do Gorutuba, consoante se pode depreender:

Art. 17 – A freguesia de São José do Gorutuba compreenderá em seu território o Distrito do Tremedal; a divisa desta freguesia com a de Morrinhos, será dada pelo Rio Grande abaixo até a barra do Rio Verde Pequeno, e por este acima até a sua

⁷ Contudo, os Livros de Tombo a que a presente pesquisa faz referência, são os registros eclesiais não obrigatórios, que no passado eram usuais no âmbito das chamadas "Freguesias" ou paróquias.

⁸ Freguesia é o termo designativo de paróquia, espécie de divisão administrativa utilizada no Império Português e no Brasil Colônia. Disponível em: www.scielo.br/pdf/anaismp/v20n1/v20n1a06.pdf. Acesso em: 20/10/2018.

nascente que divide a freguesia do Rio Pardo da mesma freguesia de São José do Gorutuba. (BRASIL, 1846)

Mais adiante, no ano de 1875, conforme artigo 4º da lei provincial nº 2.107, de 7 de janeiro, o distrito de São José do Gorutuba, do termo de Grão Mogol, foi dividido em três outros distritos, a saber: Santo Antônio do Riacho, Serra Branca e São José do Gorutuba. Conforme a divisão administrativa do Estado, fixada pela lei estadual nº 843, de 07/09/1923, o povoado denominado São Joaquim de Porteirinha, mantinha-se como integrante do município de Grão Mogol. A mesma norma, em seu artigo 9º mudou a denominação do distrito de Santo Antônio do Riacho dos Machados para Riacho dos Machados e de São José do Gorutuba para Gorutuba. Outra inovação foi que no quadro da divisão administrativa de Minas Gerais surgem como distritos de Grão Mogol: Grão Mogol, Cristália, Itacambira, Riacho dos Machados, Gorutuba, Porteirinha e Santo André, todos já com seus nomes bem reduzidos. Já em 17 de dezembro de 1938, por meio do decreto-lei estadual nº 148, que estabeleceu a divisão judiciário-administrativa do Estado, foi criado o município de Porteirinha, composto de 3 distritos: a sede, o de Gorutuba e o de Riacho dos Machados. Em 1943, pelo decreto-lei nº 1058 de 31 de dezembro, o município passou a constituir-se de 4 (quatro) distritos: Porteirinha, Gorutuba, Riacho dos Machados, e Serranópolis. Após a divisão administrativa de 1943 a Lei estadual nº 336 de 27/12/1948 cria a comarca de Porteirinha, que é instalada em 24/09/1950.

Atentando-se ao recorte temporal escolhido para a pesquisa, qual seja: o século XIX, nota-se que, vinculado à gênese da civilização norte mineira, São José do Gorutuba foi um arraial proeminente na região, tornou-se centro natural de convergência, firmando-se como importante pólo agropecuário e comercial por estar entre Grão Mogol e Bahia. Habitado por latifundiários, possuidores de escravos e garimpeiros de cristais, a história de São José do Gorutuba confunde-se com a história do início do Norte de Minas Gerais. A localidade foi a sede da primeira freguesia do extremo norte de Minas, criada por um Decreto da Regência em nome do Imperador D. Pedro II, em 14 de julho de 1832 e abrangendo os territórios das atuais freguesias de Brejo das Almas (Francisco Sá), Santo Antônio do Gorutuba (Catuni), Riacho dos Machados, Mato Verde, Tremedal (Monte Azul) e Lençóis (Espinosa). Primeiro distrito de toda a região norte, datado de 1832, teve lugar antes mesmo da própria emancipação da cidade de Grão Mogol, em 1840. Atualmente, do antigo arraial de São José do Gorutuba resta apenas a antiga igreja de Nossa Senhora da Soledade que, resistindo ao tempo, sustenta fortes

aspectos da cultura e da tradição local. Construído por volta do século XVIII, o imóvel tem valor arquitetônico e histórico.

Insta ressaltar, que os processos históricos de surgimento e reconhecimento do município de Porteirinha, situado no extremo Norte de Minas Gerais, através de seus dos sujeitos participantes, encontram-se, integralmente, preservados no acervo da Casa da Memória, espécie de museu local da cidade, bem como, através do um vasto acervo de documentos eclesiais datados do início do século XIX. Em regra, integram esse numeroso acervo: Livro de Tombo da Igreja Católica de Porteirinha, Microfilmes contendo certidões de batismo que referenciam nomes, filiação, profissão, atividade econômica realizada, datadas de 1838 e acervo de fotos retratando as relações de trabalho do século XIX.

3. PROCEDIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE PESQUISA PARA A PERSECUÇÃO DOS OBJETIVOS

Segundo teoriza Bourdieu (1990), e investigando-se as relações sociais no século XIX, em Porteirinha, constata-se, que por meio de uma estratégia, os sujeitos agem na conjuntura de uma sociedade como jogadores, atuando e se amoldando conforme os processos de um jogo social, mesmo que para isso, não obedeçam estritamente às normas e regras do trato social.

A pesquisa, por suas fontes, deita suas raízes na pesquisa histórica, essencialmente, e insere-se no paradigma da linha de pesquisa: "Poder, Trabalho e Identidades", porquanto, contempla o estudo das relações de poder compreendidas no universo das relações sociais, com ênfase nas relações de poder do século XIX, no município de Porteirinha, Minas Gerais.

Ressalta-se que a pesquisa proposta relaciona-se a fatos históricos ocorridos no município de Porteirinha, no século XIX. Contudo, a viabilidade do estudo relaciona-se a existência de documentos históricos (Livro de Tombo da Igreja Católica de Porteirinha, microfilmes contendo certidões de batismo que referenciam nomes, filiação, profissão, atividade econômica realizada, datadas de 1838, que foram preservados e encontram-se disponíveis para consulta, mediante autorização.

Inicialmente, a pesquisa será realizada mesclando-se a análise das fontes com um estudo sistemático das bibliografias selecionadas, sobretudo das obras de Ricardo Antunes e Edward Palmer Thompson, que darão o aporte necessário para o desenvolvimento do tema.

Parte da metodologia empregada na pesquisa advém da aplicação dos princípios propostos pelo historiador Marc Block, em "Apologia da História" ou "O Ofício de Historiador", na qual o escritor utiliza o método comparativo na história, estabelecendo relações lógicas entre o ontem e o hoje das sociedades humanas. Para o autor, o método comparativo viabiliza o levantamento de aspectos novos e problematizações que ensejem o surgimento de novas interpretações.

O tipo de pesquisa quanto ao objetivo será exploratório. Através desse modelo pretende-se obter maiores informações sobre o tema, orientando objetivos, métodos e formulação de hipóteses.

Segundo o modelo conceitual operativo a pesquisa será bibliográfica e documental, na qual a finalidade é investigar as diferentes contribuições históricas sobre o tema, de forma que seja possível utilizá-las para confirmar, confrontar ou enriquecer a hipótese formulada.

A natureza da pesquisa será qualitativa, pois visa conhecer e aprofundar no estudo dos principais eventos relacionados às relações sociais e de poder do século XIX, no município de Porteirinha, Minas Gerais, aptas a influenciar na formação da sociedade daquele espaço temporal e territorial.

Na pesquisa será empregado o método dedutivo, onde a partir da análise geral busca-se o entendimento de aspectos particulares, a partir de duas proposições chamadas premissas, retira-se uma terceira proposição denominada conclusão. Em resposta ao problema formulado tem-se uma hipótese.

A pesquisa utilizará o método de procedimento monográfico com traços dos métodos histórico e comparativo. Uma monografia em História é um texto que objetiva reunir informações, análises e interpretações históricas que agreguem valor relevante e original à ciência, dentro de um determinado ramo, assunto ou abordagem histórica.

O universo das técnicas de pesquisa compreende: documentação direta e documentação indireta. Na documentação direta o levantamento de dados é feito no próprio local em que os fenômenos ocorrem. Pode ser desenvolvida sob duas formas: pesquisa de campo e pesquisa de laboratório. Na documentação indireta podem ser utilizadas fontes primárias e fontes secundárias. A presente pesquisa será realizada por meio de documentação indireta, e ocorrerá com base em dois tipos de fontes: primárias (pesquisa documental) e secundárias (pesquisa bibliográfica). Uma característica da pesquisa documental em História é

que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. A pesquisa documental terá ênfase nas seguintes fontes primárias: Livro de Tombo da Igreja Católica de Porteirinha, microfilmes contendo certidões de batismo que referenciam nomes, filiação, profissão, atividade econômica realizada, datadas de 1838. Por outro lado, as fontes são secundárias, em virtude de acesso do pesquisador a obras que tratem do tema em estudo com reconhecimento da importância histórica. Para o referencial teórico do estudo que se propõe utilizar-se-á como teoria de base, os seguintes autores: Antunes (2000), Antunes (2005), Barros (2013), Coutinho (2003), Thompson (1992). Também será utilizada a seguinte bibliografia: Legislações do Império, Efemérides Riopardenses, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959), Toponímia de Minas Gerais (1970) e Dicionário Histórico-geográfico de Minas Gerais (1971).

4. CONCLUSÃO

A partir do arcabouço narrativo acima delineado, identifica-se que a Igreja, portando, ao que se parece, exerceu um domínio espiritual, religioso ideológico, mental e intelectual na sociedade de Porteirinha/MG, que, aliando-se ao poder político local, trabalhou na moralização dos comportamentos, na busca pela romanização e a consequente sacralização da sociedade porteirinhense.

Por fim, acredita-se que a diversidade de fontes históricas disponíveis para a pesquisa, apoiadas em suficientes referenciais teóricos, possibilitará uma interlocução qualificada, que viabilizará a pesquisa histórica das relações sociais vividas em Porteirinha.

REFERÊNCIAS

ÂNGELIS, Newton de. *Efemérides riopardenses*. Rio Pardo de Minas, 1998, v. 1-4

AQUINO, Tomás. *Suma teológica*. Trad. De Alexandre Corrêa, organização de Rovílio Costa e Luis A. de Boni. 2a. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Sulina Editora; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980, vol. V.

BARROS, J. C. A. (2010). *A escola dos Annales: considerações sobre a história do movimento*. *História em Reflexão*, p. 1-29.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BASSANEZI, M. S. Os eventos vitais na reconstituição da história. In PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de (orgs.) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 141-172.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorte Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Da regra às estratégias. In: _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 77-95

BRASIL. *Lei de 28 de agosto de 1830*. Concede privilégio ao que descobrir, inventar ou melhorar uma indústria útil e um prêmio ao que introduzir uma indústria estrangeira, e regula sua concessão. *Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 20, v. 1, parte 1, 1876.

BRASIL. *Lei nº 288, de 12 de março de 1846*. Suprime diversas Paróquias e Distritos, fixa as divisas de algumas Freguesias e contém outras disposições acerca da criação e alteração de Paróquias, e distritos de diversos Municípios, como nela se declara. *Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 20, v. 1, parte 1, 1876.

BRASIL. *Lei nº 288, de 12 de março de 1846*. Suprime diversas Paróquias e Distritos, fixa as divisas de algumas Freguesias e contém outras disposições acerca da criação e alteração de Paróquias, e distritos de diversos Municípios, como nela se declara. *Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 20, v. 1, parte 1, 1876.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Editora Perspectiva: São Paulo, 1978.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João Del Rei (1736-1850)*. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 315- 347.

BURGUIÈRE, A. A demografia. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

COMTE, A. *Curso de filosofia positiva, discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo, discurso sobre o espírito positivo*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa*. Belo Horizonte: Imp. Oficial. 1970.

FARIA, S. de C. *História da família e demografia histórica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. *Aprendendo História: reflexão e ensino*. São Paulo: Editorado Brasil, 2009.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira., 1998.

FLAMARION, C. C.; VAINFAS, R. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico (Rio de Janeiro, 1790-1850)*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. In : *Intérpretes do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro : Nova Aguilar, 2002, vol. 2, p. 174.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GUEDES, R. (2008). *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, SP, c.1798 - c.1850)*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ.

GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*. Lisboa: Typ. do Colégio, 1685.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir de registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. Tese de Doutorado – Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do rio de Janeiro, 2006.

HOBBSAWM, Eric. *Da História social à história da sociedade*. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: 1957.

JULLIARD, Jacques. *A política*. In: LE GOFF, Jaques; NORA, Piere (orgs.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1938-1950. 10 v

MARCÍLIO, Maria L. Os registros paroquiais e a História do Brasil. In. *Varia História*, n.31, jan.2004, p.14.

MINAS GERAIS. Lei estadual nº 336, de 27 de dezembro de 1948. Cria a Comarca de Porteirinha. *Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 20, v. 1, parte 1, 1876.

NEVES, M. de F. R. das, *Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo no século XIX*. In: NADALINS, S. O. MARCÍLIO, M. . (orgs.), *História população: estudos sobre a América Latina*, São Paulo: ABEP, IUSSP, CELADE, Fundação SEADE, 1990, p. 243.

PERROT, M. *Os excluídos da história – Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: *Por uma história política*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. , Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade Colonial: 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VAINFAS, R. [org.]. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p.466-467.

VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*, IN: Cardoso, Ciro & Vainfas, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História*, Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VIDE, S. M. (1720). *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo senhor Sebastião Monteiro da Vide (...)*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus.